

JOSÉ PINTO DE AZEREDO: AS DILIGÊNCIAS DE UM MÉDICO ILUSTRADO NO MUNDO COLONIAL*

JOSÉ PINTO DE AZEREDO: THE ENDEAVOURS OF AN ILLUSTRATED DOCTOR IN THE COLONIAL WORLD

Rafael Salamon**

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar algumas especificidades do Iluminismo português e luso-brasileiro à luz do exemplo constituído pelo livro *Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola* (1799), escrito pelo médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo. A formação inicial de Azeredo, realizada nas universidades de Edimburgo e de Leiden, foi reinterpretada no contexto colonial de Angola. Dá-se particular atenção às interpretações historiográficas do Iluminismo que, a partir dos anos 1970, passaram a chamar atenção para as variações nacionais e locais das *Luzes*, enfatizando o papel desempenhado pelos contatos dos europeus com povos não ocidentais na gênese de algumas das principais ideias iluministas. Nos trabalhos científicos escritos por Azeredo, a medicina ilustrada de Edimburgo e de Leiden se encontrou com as enfermidades de Angola. O resultado desse encontro é, ele próprio, uma manifestação dos fluxos (globais) de informação que constituíam o Iluminismo.

PALAVRAS-CHAVE: José Pinto de Azeredo; Iluminismo português; medicina setecentista.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze some specific aspects of Portuguese and Luso-Brazilian Enlightenment in light of the example constituted by the book *Essays on Some Diseases of Angola* (1799), written by the Luso-Brazilian physician José Pinto de Azeredo. Azeredo's initial education, conducted at the universities of Edinburgh and Leiden, was reinterpreted in the colonial context of Angola. Special attention is given to historiographical interpretations of the Enlightenment which, from the 1970s onward, began to draw attention to the national and local variations of the Enlightenment, emphasizing the role played by Europeans' contacts with non-Western peoples in the genesis of some of the main Enlightenment ideas. In Azeredo's scientific works, the enlightened medicine of Edinburgh and Leiden encountered the diseases of Angola. The result of this encounter is, in itself, a manifestation of the (global) flows of information that constituted the Enlightenment."

KEYWORDS: José Pinto de Azeredo, Portuguese Enlightenment; 18th century medicine.

* Artigo recebido em 09/07/2023 e aprovado para publicação em 13/11/2023.

** Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Email: salamonrf@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em 1799, o médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo (1766 – 1810) publicou em Lisboa um livro intitulado “*Ensaios sobre algumas enfermidades d’Angola*”¹. A obra era o resultado de anos de exercício prático da medicina na cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, na qual Azeredo atuou como físico-mor e como professor da Escola de Medicina. Anos antes, em 1790, Azeredo também publicara, no *Jornal Enciclopédico*, o artigo “*Exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro*” (Pinto *et al.*, 2005).

Em ambos os trabalhos, José Pinto de Azeredo realizou uma “leitura inventiva” das obras de medicina e de filosofia natural com as quais havia entrado em contato ao longo da sua formação. Essa “inventividade”, convém salientar, não se caracterizava pela utilização, no sentido herético ou sedicioso, das ideias ilustradas apresentadas nos textos lidos². Muito pelo contrário. Como se poderá ver nas páginas seguintes, Azeredo passou ao largo, nas suas leituras, da maior parte das polêmicas religiosas e políticas relacionadas com os seus temas de estudo. A luta entre as luzes da razão e as trevas da ignorância, tópica central da retórica iluminista, comparece com força nos escritos do médico luso-brasileiro. Para ele, no entanto, esse conflito assumia a forma da tese segundo a qual a educação em Portugal – especialmente a formação dos médicos e dos filósofos naturais – deveria abandonar a subserviência acrítica aos autores tradicionais, substituindo-a pela centralidade da observação e do experimentalismo. Essa defesa do “uso público da razão crítica”, potencialmente subversiva, conciliava-se, em Azeredo, com um apelo essencialmente reformista dirigido aos magistrados.

A “inventividade” das leituras de José Pinto de Azeredo se manifesta, de preferência, no modo como ele *aplicava as doutrinas médicas do seu tempo aos problemas práticos com os quais se deparou no mundo colonial*³. A prática clínica no Brasil e em Angola levou-o a

¹ “Ensaios sobre algumas enfermidades d’Angola dedicados ao sereníssimo senhor D. João príncipe do Brazil, por José Pinto de Azeredo, Cavalleiro da Ordem de Christo, doutor em medicina e socio de várias academias na Europa.” O livro foi publicado em Lisboa, na Régia Officina Typografica, em 1799. Utilizou-se, neste artigo, a versão digitalizada do original, encontrada no site da Biblioteca Nacional de Portugal: <https://shorturl.at/iwyU5>. Esta instituição possui quatro exemplares do livro.

² O conceito de “leitura inventiva”, cunhado por Luiz Carlos Villalta (2015, p. 410), diz respeito à “(...) criatividade e [à] liberdade que o leitor exercita diante dos livros e, de resto, face aos agentes que estão por trás da sua produção ou que interferem em sua circulação e posse.” Segundo o autor, essa inventividade envolvia, especialmente, a posse e utilização de livros proibidos, manifestando-se também nas apropriações subversivas dos textos lidos. Leitores inventivos, nesse sentido, também são aqueles que desconfiam do que leem, utilizando as “(...) ideias contactadas na leitura para criticar a própria realidade imediata em que se vive”.

³ “(...) Depois de eu ter aprendido nas Universidades as regras geraes da Medicina, e todas as suas teorias, eu não fiz mais do que escutar a voz da natureza, e da observação, quando fui obrigado a principiar a pôr em prática os meios de atacar as enfermidades. Por tanto, este meu trabalho não he fruto de imaginação, mas sim hum resultado

questionar – e a ressignificar – as ideias expostas pelos “seus mestres” nas universidades de Edimburgo e de Leiden, nas quais ele realizou a sua formação. Azeredo não foi, portanto, um receptor passivo, nas franjas do mundo ocidental, da medicina produzida nos “centros” do Iluminismo europeu. As especificidades do mundo cultural lusitano e a experiência nas possessões ultramarinas de Portugal contextualizam a reelaboração de certas ideias da medicina iluminista operada por José Pinto de Azeredo. Trata-se, assim, de um exemplo bastante característico daquilo que Sebastian Conrad (2012, p. 1022) chamou de “coprodução global do Iluminismo”.

O objetivo deste artigo é analisar algumas especificidades do Iluminismo português e luso-brasileiro à luz do exemplo constituído pelo livro de José Pinto de Azeredo acima mencionado. A primeira seção do artigo apresenta, nas suas linhas gerais, uma breve discussão sobre o Iluminismo como categoria conceitual histórica, tendo-se em vista, especialmente, as dimensões globais desse fenômeno e o problema dos contextos nacionais. Na etapa seguinte, são apresentadas algumas das principais características do reformismo ilustrado em Portugal, do marquês de Pombal a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Trata-se, neste ponto, de um delineamento das instituições políticas e culturais que travejaram a atuação de José Pinto de Azeredo. A terceira seção do trabalho expõe, de maneira muito resumida, os traços mais característicos da medicina europeia do século XVIII. Nesta etapa, faz-se referência, apenas, às discussões médicas e científicas com as quais Azeredo lidou diretamente. A quarta seção, por fim, apresenta uma análise dos aspectos mais relevantes do *Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola*.

I

Até os anos 1960, o termo “Iluminismo” (*Lumières, Enlightenment, Aufklärung* etc.) era utilizado entre os especialistas para designar um fenômeno intelectual e cultural caracterizado pela unidade. No centro desse conjunto de ideias mais ou menos coerente, estava a crença de que a razão crítica, livremente utilizada na esfera pública, poderia libertar os seres humanos das superstições religiosas e das formas de exercício do poder baseadas na autoridade e na tradição.

de experiências. A obra que eu apresento, só consta de observações feitas por mim, tanto na natureza das enfermidades, como no seu methodo de cura (...)” (*Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola*, Prefação, p. x). Citação a partir da versão digitalizada do original, disponível no site da biblioteca nacional de Portugal.

Nessa corrente interpretativa, representada por autores como Peter Gay⁴, o Iluminismo também era entendido como um processo histórico geograficamente circunscrito (pelo menos na sua origem). As ideias iluministas teriam sido gestadas, exclusivamente, por pensadores europeus do século XVIII, notadamente franceses, britânicos e germânicos (Outram, 1995; Robertson, 2005). Situadas na base do mundo moderno (secularizado, capitalista e democrático), elas teriam se espalhado pelo resto do planeta, desencadeando processos de modernização em sociedades supostamente tradicionalistas e estagnadas. Nesse modelo difusionista do Iluminismo, os povos não ocidentais (e as regiões periféricas do mundo ocidental) ocupavam o lugar de receptores passivos. Estes últimos, a depender da posição teórica adotada, eram vistos ou como os beneficiários da modernização ou, na historiografia de inspiração pós-colonial, como as vítimas de uma forma de imperialismo cultural. Em ambos os casos, a difusão de um Iluminismo exclusivamente europeu continuava sendo o pressuposto fundamental (Conrad, 2012).

Especialmente a partir da década de 1970, essa concepção do Iluminismo como um projeto substancialmente coerente de demolição do Antigo Regime começou a ser substituída por interpretações historiográficas mais atentas às variações nacionais e locais das *Luzes*. A presença de uma *República das Letras* cosmopolita, baseada em instituições de sociabilidade erudita e em fluxos transnacionais de circulação de informações, não anulava as particularidades históricas e geográficas locais. O projeto iluminista unitário fragmentou-se numa pluralidade de Iluminismos. Em cada um desses Iluminismos, os debates intelectuais eram condicionados pelas circunstâncias nas quais se encontravam os agentes históricos. Foi no interior desse movimento que as especificidades da Ilustração nos espaços coloniais começaram a receber maior atenção (Robertson, 2005; Conrad, 2012)⁵.

As críticas à síntese clássica de Peter Gay também começaram a enfatizar a moderação política da maior parte dos grandes nomes do Iluminismo, esgarçando o vínculo entre as ideias ilustradas e a modernidade liberal – que passava a ser vista, cada vez mais, como o resultado dos processos históricos desencadeados pela Revolução Francesa (Dijn, 2012). Paralelamente, muitos historiadores se devotaram ao estudo das condições materiais, sociais e institucionais

⁴ Peter Gay, “*The enlightenment: an interpretation*”, obra publicada em dois volumes: “*The rise of modern paganism*”, de 1967 e “*The science of freedom*”, de 1970.

⁵ Apesar de reconhecer a importante contribuição das abordagens que pluralizaram o conceito de Iluminismo, John Robertson (2005, p. 8) não deixa de apontar para a unidade de fundo do fenômeno. Segundo ele, a ênfase no “melhoramento neste mundo, sem consideração pela existência ou não existência do próximo” é o traço comum entre as manifestações locais do Iluminismo. Conrad (2012, p. 1004) considera Robertson um dos poucos defensores atuais da “unidade do projeto iluminista”.

que viabilizaram a gênese e a circulação das ideias ilustradas. A produção e a comercialização dos livros no século XVIII, bem como as práticas sociais de leitura e de escrita, adquiriram posição central nessas novas abordagens. Do mesmo modo, as instituições científicas e de sociabilidade do século XVIII (academias, salões, cafés, bibliotecas públicas, jardins botânicos, museus de história natural etc.) passaram a ser vistas como ingredientes fundamentais das *Luzes* (Outram, 1995; Robertson, 2005).

Segundo Sebastian Conrad (2012, p. 1009), os historiadores do Iluminismo precisam dedicar mais atenção às dimensões propriamente globais desse processo histórico. “*Debates sobre o Iluminismo*”, afirma ele, “*eram o produto de tentativas relacionadas de se lidar com a situação global*”. Nesse sentido, as *Luzes* seriam, antes de tudo, as ideias e as práticas desenvolvidas por agentes históricos de diversas regiões do planeta para responder aos desafios impostos pela “*integração global*”. Os mundos culturais não ocidentais – com os quais os europeus entraram em contato ao longo da expansão comercial e colonial – deram origem a problemas (intelectuais e práticos) de difícil resolução. De acordo com Conrad (2012, p. 1010 – 1011):

(...) nós precisamos entender a produção de conhecimento no final do século XVIII como fundamentalmente ligada às condições de globalidade: como uma maneira específica de incorporar o mundo no contexto da expansão das relações comerciais europeias (...). Fundamentalmente, esses debates fizeram mais do que meramente expressar o fato dos entrelaçamentos enquanto tais; na verdade, os modos particulares e as estruturas de integração afetaram os termos que eram empregados e as teorias que eram desenvolvidas. Hierarquias geopolíticas encontraram o seu caminho para o próprio conteúdo do vocabulário forjado para se pensar o mundo. (tradução nossa)”

Em outras palavras, as ideias iluministas desenvolvidas pelos europeus foram constituídas, em boa medida, pelos contatos com o mundo não ocidental. As teorias de desenvolvimento histórico por etapas – corporificadas em um “*processo civilizador*” que conduzia os seres humanos do estado de selvageria à civilização e à sociedade policiada – eram o resultado maduro da experiência com a diversidade cultural (Adone, 2007). Experiência esta, convém recordar, marcada pela violência do colonialismo e por relações de força assimétricas (Conrad, 2012). As interpretações inovadoras da variabilidade dos costumes presentes em obras fundamentais do Iluminismo – pense-se, em particular, no *Espírito das leis* de Montesquieu e no *Ensaio sobre os costumes* de Voltaire – seriam impensáveis sem, por exemplo, a experiência dos missionários jesuítas na América e no Extremo Oriente (notadamente na China).

Assim sendo – e como sintetiza Conrad (2012, p. 1012) – “o vocabulário filosófico e político do Iluminismo também era uma criação global”. E isso não apenas no sentido acima explicado. Além de terem sido formadas nos contatos e conflitos com outros mundos culturais, as ideias iluministas europeias também transitaram para outras regiões do planeta, nas quais foram *apropriadas e reinventadas* pelos agentes históricos locais. Um dos exemplos mais claros e paradigmáticos desse processo é a reelaboração, no contexto da revolução haitiana, das ideias de “humanidade” e de “direitos do homem”, que só então adquiriram o sentido lato que lhes é atribuído atualmente (Conrad, 2012). Ao serem transmitidas de um lugar para outro, as ideias (iluministas) passam, muitas vezes, por um processo de tradução linguística e cultural, adaptando-se às circunstâncias locais (Withers, 2007; Oz-Salzberger, 2006). Como afirma Charles W. J. Withers (2007, p. 44), em um trabalho sobre a geografia do Iluminismo, “os significados pretendidos nem sempre viajam bem”.

Essas considerações teóricas, acredita-se, oferecem chaves de leitura importantes para a compreensão dos trabalhos do médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo. O Iluminismo em Portugal e nas suas colônias, como mostra Withers (2007, p. 37), não era um fenômeno meramente derivado e dependente. As características específicas das *Luzes* portuguesas haviam sido constituídas por “*trocias criativas*” e por “*apropriações no contexto local*”⁶. A circulação transnacional de pessoas, cartas, livros, instrumentos científicos e espécimes de história natural, constituindo aquilo que Withers (2007) chamou de “tráfego do Iluminismo”, não era uma realidade à parte, pairando isoladamente sobre as sociedades concretas do Antigo Regime. Ao cruzarem as fronteiras nacionais e sociais, bem como ao passarem do espaço metropolitano para o colonial e para os mundos não-ocidentais, as ideias iluministas sofriam múltiplas e variadas “refrações”, assumindo tonalidades peculiares⁷. Assim sendo, *a Ilustração portuguesa era, ao mesmo tempo, importada e produzida localmente*. Nos trabalhos científicos escritos por Azeredo a medicina ilustrada de Edimburgo e de Leiden se encontrou com as enfermidades de Angola e com os ares do Rio de Janeiro. O resultado desse encontro é, ele próprio, uma manifestação dos fluxos (globais) de informação que constituíam o Iluminismo.

⁶ Gabriel Paquette (2013, p. 46) também chegou a conclusões semelhantes. Segundo ele, a conjunção de elementos estrangeiros e nativos no reformismo ilustrado lusitano evidencia a “(...) inadequação dos modelos de difusão cultural do tipo centro-periferia para se tentar compreender a vida intelectual portuguesa. A compatibilidade de formas culturais de diversas proveniências possibilitou o florescimento de uma rica cultura híbrida.” (tradução nossa).

⁷ A metáfora das refrações, no que diz respeito à Ilustração em Portugal e nas possessões coloniais lusitanas, foi utilizada por Francisco José Calazans Falcon (1989).

II

Na segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa empreendeu, sob a batuta de ministros e administradores de inspiração ilustrada, um vasto projeto de reorganização do império. Partindo de um diagnóstico do “atraso” português nos campos cultural, econômico e militar, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal, procurou reforçar o poder monárquico diante das prerrogativas da nobreza e do clero (movimento no qual se inscreve a expulsão dos jesuítas dos territórios da monarquia, em 1759). Essa defesa do regalismo – cujo complemento era a intervenção estatal cada vez mais acentuada nas atividades econômicas – foi acompanhada por medidas que tencionavam racionalizar a administração das possessões coloniais, tendo em vista, sobretudo, a integração das diversas partes do império num todo harmônico, encabeçado por Portugal (Paquette, 2013; Cardoso; Cunha, 2011).

As medidas tomadas por Pombal e pelos seus sucessores procuravam superar os principais desafios enfrentados pelo império português. A criação do Erário Régio, em 1761, tinha em vista a reorganização das finanças e da arrecadação tributária. A Junta de Comércio (1755) e as companhias de comércio monopolistas – estabelecidas por Pombal no Grão-Pará (1755) e nas capitanias de Pernambuco e da Paraíba (1759) – voltavam-se para o fomento das atividades econômicas coloniais e para o controle do contrabando. Essa política econômica ainda muito marcada pelo mercantilismo não perdia de vista, em momento algum, o reforço das linhas mestras do pacto colonial, tido como essencial para a prosperidade e a independência do reino (Paquette, 2013; Cardoso; Cunha, 2011).

A queda do marquês de Pombal, subsequente à ascensão de D. Maria I ao trono, em 1777, não pôs termo a esse movimento de reforma. Embora algumas medidas pombalinas tenham sido abandonadas, notadamente as companhias monopolistas, o reformismo ilustrado continuou a ser a orientação política predominante do poder central (Paquette, 2013; Cardoso; Cunha, 2011). Após 1779, como sublinha Paquette (2013, p. 36 – 37), Portugal assistiu a um “florescimento de academias e sociedades” financiadas, na sua maior parte, pelo Estado. A mais notável dessas instituições, a Academia das Ciências de Lisboa (1779), ocupou-se da coleta e da investigação de informações sobre o potencial econômico das colônias (especialmente da América portuguesa), produzindo trabalhos técnicos voltados para o aperfeiçoamento das práticas agrícolas.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos a partir de 1796, reformulou certos aspectos da política colonial portuguesa à luz de leituras (inventivas) dos escritos do abade Raynal e de Adam Smith (Cardoso; Cunha, 2011)⁸. Para ele, as características naturais, sociais e geográficas das possessões coloniais portuguesas ainda eram muito mal conhecidas pela monarquia. Os letrados e cientistas formados pelas instituições ilustradas – sobretudo os naturalistas – deveriam colocar o seu saber a serviço do Estado, coletando espécimes da flora e da fauna locais, escrevendo descrições detalhadas do estado em que se encontravam as conquistas e contribuindo para a preparação de mapas mais acurados (sobretudo das regiões envolvidas em litígios territoriais com outras potências colonizadoras) (Paquette, 2013; Domingues, 2001). Como afirma Paquette (2013, p. 37), todos esses esforços “(...) tornaram o império menos abstrato e viabilizaram planos para a extração de recursos naturais e para o reforço da interdependência das várias províncias ultramarinas.”

Como se pode ver, a burocracia estatal portuguesa recrutava os filósofos naturais formados nas instituições científicas do país ou do exterior, empregando-os em atividades intelectuais intimamente relacionadas com a administração da metrópole e das colônias. Fora da esfera de alcance do patrocínio estatal, poucas eram, de resto, as possibilidades de sustento e de ascensão social à disposição dos homens de ciência. O trabalho destes, portanto, tinha caráter pragmático, assumindo a forma de um serviço prestado à Coroa. (Raminelli, 2008; Domingues, 2001). O próprio ingresso nos quadros da administração pressupunha, especialmente para os cargos de maior importância, a realização de estudos superiores na Universidade de Coimbra. O treinamento comum na principal instituição de ensino superior do reino, na qual estudavam lado a lado figuras provenientes de todas as partes do império, contribuía para atenuar as diferenças de mentalidade entre os súditos metropolitanos e coloniais. A circulação de administradores pelos diversos domínios da monarquia portuguesa, configurando um *cursus honorum* transatlântico e mesmo global, tinha efeito semelhante, reforçando a integração do império (Paquette, 2013).

⁸ Mantendo, embora, a centralidade do “exclusivo colonial”, D. Rodrigo de Souza Coutinho retrocedeu um pouco no campo dos monopólios e dos privilégios exclusivos. Segundo José Luís Cardoso e Alexandre Mendes Cunha (2011, p. 84), ele “(...) estava ansioso para aceitar certo grau de autonomia nas colônias, em particular pelo fato de que tinha ideia clara de que a negação a essa prerrogativa poderia inflamar os movimentos de independência. Como leitor do *abbé* Raynal e de outros autores iluministas que apresentaram reflexões críticas sobre a natureza do comércio colonial e a necessidade de sua reforma, Coutinho sabia que o velho ‘pacto colonial’, o sistema baseado em contratos negociados e privilégios exclusivos, podia ainda ser sustentado, mas não poderia ser mantido vivo para sempre.”

Nas últimas décadas do século XVIII, a Coroa portuguesa financiou “viagens filosóficas” aos territórios coloniais da América, da África e da Ásia. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, formado em Coimbra, por exemplo, passou anos em expedições científicas no Grão-Pará e no Mato Grosso. O envio de espécimes e de *memórias* para as instituições científicas do reino – trabalho realizado em meio às inúmeras dificuldades enfrentadas pela expedição – era acompanhado de perto pelo patrono do empreendimento, o então ministro Martinho de Melo e Castro. As fainas do naturalista envolviam, para além das atividades propriamente intelectuais, o cultivo de boas relações com as autoridades metropolitanas e coloniais (capitães-generais, câmaras municipais etc.). Essa “prestação de vassalagem”, para utilizar a expressão de Ronald Raminelli (2008, p. 157), era condição *sine qua non* do progresso dos trabalhos. Após o retorno de Ferreira à Lisboa, em 1793, os serviços prestados à monarquia no mundo colonial renderam-lhe mercês há muito almejadas. Entre os cargos e honrarias concedidos, destacava-se o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo (Raminelli, 2008).

As considerações acima parecem apontar, à primeira vista, para o predomínio, em Portugal no final do Antigo Regime, de uma Ilustração domesticada pelo Estado. As ideias iluministas, reinventadas no contexto local, divorciavam-se, na medida do possível, das críticas ao absolutismo e à religião relevada. Estimulavam-se e valorizavam-se, apenas, as doutrinas e práticas ilustradas que poderiam ter alguma serventia para a manutenção do império colonial. A reforma deste último aparecia aos administradores do período como uma necessidade incontornável, especialmente no conturbado contexto internacional da “Era das Revoluções”. O império dificilmente sobreviveria sem a ciência ilustrada. Por outro lado, essa mesma ciência ilustrada poderia ter, dependendo das circunstâncias, implicações políticas e religiosas manifestamente subversivas. O delicado equilíbrio entre essas duas dimensões está no cerne do despotismo esclarecido.

Essa característica central do Iluminismo português e luso-brasileiro não excluía, é importante frisar, a existência de contestações diretas ao absolutismo, à religião e ao colonialismo. Entre os próprios estudantes brasileiros que cursaram medicina nas universidades de Coimbra e de Montpellier no final do século XVIII, encontram-se exemplos de letrados bem menos ortodoxos e “comportados” do que José Pinto de Azeredo (Maxwell, 2003)⁹. Diogo

⁹ Kenneth Maxwell (2003, p. 109 – 112) menciona os exemplos de José Joaquim Maia e Barbalho e Domingos Vidal Barbosa, membros de um grupo de estudantes luso-brasileiros de Coimbra que discutiam ideias independentistas nos anos 1780. A *Histoire de deux Indes*, de Raynal, era uma das principais fontes de inspiração do grupo.

Ramada Curto (2007) refere o caso de Francisco de Melo Franco, autor da *Medicina Teológica*, livro publicado em Lisboa em 1794 e que causou escândalo, tornando-se alvo da censura. Na obra em questão, Melo Franco associava os estados da alma – e, especialmente, as enfermidades do espírito – à fisiologia do corpo humano, aconselhando os confessores a empregarem “remédios físicos” (leia-se, naturais e racionais) no tratamento dispensado aos penitentes (Lucchesi, 2009). Esse mesmo Francisco de Melo Franco também é o autor do *Reino da Estupidez*, poema que satirizava a persistência do tradicionalismo e a predominância da teologia na Universidade de Coimbra. O texto circulou em forma manuscrita nessa universidade na década de 1780 (Villalta, 2015; Curto, 2007). Como mostra Luíz Carlos Villalta (2015, p. 437), vários “coimbrãos heterodoxos” provinham da América portuguesa. Esses estudantes participavam da “boemia literária”, apropriando-se de maneira muitas vezes herética e sediciosa das obras de autores iluministas como Rousseau, Voltaire e d’Holbach.

Essas manifestações mais ousadas e contestatórias das *Luzes*, presentes, por exemplo, nas inconfidências da América portuguesa, eram cuidadosamente vigiadas e combatidas pelos mecanismos censórios da monarquia. Figuras como José Pinto de Azeredo, inseridas na rede de reciprocidades do serviço público, souberam colocar-se à margem das discussões mais polêmicas e sensíveis do Iluminismo. A carreira deste médico luso-brasileiro guarda bastante semelhança com o seguinte quadro geral, traçado por Raminelli (2008, p. 156):

Desde Coimbra, os estudantes luso-brasileiros vislumbravam cargos na administração, pretendiam servir ao rei em diferentes partes do império. Formados em leis, matemática ou filosofia natural, eles logo receberiam incumbências nos museus, nas demarcações de fronteiras, na chefia de expedições científicas, nas Câmaras coloniais ou no governo de capitânicas. Somente a partir da inserção no Estado, eles poderiam exercer as funções para as quais receberam ensinamentos na universidade. A formação era, portanto, o primeiro degrau na mobilidade social, meio de acumular prestígio e de galgar postos e distinções.

Ao invés de Coimbra, Azeredo optou por Edimburgo e por Leiden. No Rio de Janeiro, onde nascera, o futuro médico teve aulas com Silva Alvarenga e, ao que tudo indica, principiou a aprendizagem da língua inglesa. Entre 1786 e 1788, ele e o seu irmão realizaram os estudos universitários nas cidades mencionadas, nas quais tiveram oportunidade de participar de sociedades científicas e estudantis. No início de 1789, recém-formado, Azeredo recebeu permissão para exercer a medicina em Portugal, sendo nomeado por D. Maria I, poucos meses depois, físico-mor de Angola. Antes de se dirigir à Luanda, ele regressou ao Brasil, dedicando-se por volta de um ano à prática clínica. Datam desse período os experimentos sobre a

composição do ar do Rio de Janeiro. Entre 1790 e 1797, Azeredo ficou em Angola, trabalhando no Hospital de Luanda e atuando como professor na Escola de Medicina¹⁰. De volta a Lisboa, ele passou a trabalhar no Hospital militar de Xabregas, requerendo, sem sucesso, o posto de Primeiro Médico nesta instituição. Outras mercês, no entanto, foram-lhe concedidas em troca dos seus serviços: o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo (1799) e o título de médico da Real Câmara (Pinto *et al.*, 2005).

São esses, nas suas linhas gerais, os aspectos mais relevantes do pano de fundo contra o qual se projetou a trajetória do médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo. A sua atividade intelectual traz as marcas do reformismo ilustrado português da última década do século XVIII.

III

Na época em que Azeredo fazia os seus estudos na Escócia e na Holanda, as teorias médicas humorais, baseadas em Hipócrates e Galeno, já haviam caído em descrédito. Segundo essa tradição de pensamento, viva e influente na medicina ocidental da Antiguidade ao século XVII, o corpo humano era composto por quatro fluidos chamados de *humores* (o sangue, a bile amarela, a bile negra e a fleuma). Os desequilíbrios na composição humoral de cada pessoa, causados pela dieta e pelo ambiente, estariam na origem das doenças. Os tratamentos oferecidos pelos médicos procuravam restabelecer o equilíbrio, o que poderia envolver o expurgo dos humores corruptos ou em excesso. A prática das sangrias, criticada por Azeredo¹¹, encontrava aqui a sua justificação teórica original (Porter, 2003). Embora fossem considerados obsoletos, os escritos de Hipócrates continuavam a ser apreciados e estudados pelos médicos no século XVIII. A ênfase hipocrática na observação clínica e na descrição dos sintomas coadunava-se muito bem com a postura progressivamente experimental da medicina setecentista. Nos *Ensaios sobre algumas enfermidades d'Angola*, Azeredo citou diversas passagens dos *Aforismos* de Hipócrates, comparando o que lia com o que ele próprio havia observado em seus pacientes¹².

¹⁰ As demandas da docência levaram-no a produzir manuais para os estudantes. Esse material permaneceu em forma manuscrita (Pinto *et al.*, 2005).

¹¹ “O abuso das sangrias (que ainda he extraordinário nas Cidades d’America, e com particularidade na Bahia) cessou de todo em Angola com a morte dos velhos Professores [médicos] que havião; (...)” (Prefação, p. viii e ix).

¹² “Na historia das queixas fiz algum reparo naquelles symptommas, cujas prognoses achei que concordavão com o que Hippocrates diz em alguns dos seus Aforismos, e por isso os aponteï em honra ao mesmo pai da Medicina.” (*Ensaios sobre algumas enfermidades d’Angola*, Prefação, p. xii). No exemplo seguinte, a descrição de alguns sintomas da febre é corroborada por uma passagem de Hipócrates: “Passado algum tempo, todos esses symptommas se abatem; o enfermo começa a ficar lento a e a febre faz a sua remissão. Mas esta he muito irregular: humas vezes vem com hum copiosissimo suor; outras vezes apenas mostra huma pequena humidade pelo corpo,

Na primeira metade do século XVIII, os principais trabalhos teóricos na área da medicina já haviam incorporado o vocabulário e os pressupostos da filosofia mecânica da natureza, inspirada em Descartes e Newton. O corpo humano passara a ser concebido, preferencialmente, como uma espécie de máquina, semelhante aos relógios, às fontes artificiais e aos moinhos. De acordo com esse posicionamento, chamado de *iatromecanicismo*, os processos vitais resultavam, em última instância, das leis naturais que regiam o movimento da matéria. Em outras palavras, os contatos mecânicos entre partículas de matéria inerte davam conta de explicar a fisiologia. É conhecida, em Descartes, a comparação da digestão e da formação dos diversos fluidos do corpo humano com o peneiramento da farinha¹³. Os herdeiros de Paracelso e de Van Helmont deram origem à medicina *iatroquímica*, segundo a qual o organismo não poderia ser compreendido sem a consideração das propriedades químicas da matéria. Na universidade de Leiden, o renomado médico e professor Herman Boerhaave divulgou essas concepções em livros que tiveram enorme influência (Porter, 2003; Broman, 2008). Muitos médicos do período, no entanto, não acreditavam que a fisiologia poderia ser reduzida ao mecanicismo. Inspirada nos trabalhos experimentais de Albrecht von Haller sobre a irritabilidade e a sensibilidade, essa corrente *vitalista* defendia a existência de forças vitais e ativas na matéria (fossem elas a manifestação de um princípio imaterial como a alma ou uma propriedade essencial da própria matéria)¹⁴. William Cullen, professor da universidade de Edimburgo a quem Azeredo chamava de “meu mestre”, vinculava-se a essa corrente (Broman, 2008).

No domínio da patologia, com o qual Azeredo lidou mais diretamente, a origem das doenças era procurada nos “não-naturais”, termo que designava, desde a Antiguidade, as circunstâncias capazes de afetar a saúde (classificadas em seis categorias): 1) os ares; 2) os

ou somente pela testa, ficando sempre o pulso frequente, a cútis quente, e o rosto inflamado. (I)”. A citação de Hipócrates aparece em nota de rodapé, em latim: “(I) *Febricitanti sudor superveniens, febre non deficiente, malum...* Vid. Hip. Ap. 56. 1. 4.” (p. 6 – 7). Em várias ocasiões, Azeredo também chamou atenção para os aspectos superados das teorias hipocráticas, especialmente a “doutrina dos dias críticos” nas febres (Ver, por exemplo, p. 26).

¹³ Na digestão, *certos licores* do estômago, agindo de modo análogo ao da água-forte sobre os metais, dissolviam os alimentos consumidos, cujas partes mais grosseiras eram encaminhadas para os canais excretores e as mais ágeis e sutis, filtradas por *uma infinidade de pequenos buracos*, seguiam caminho por uma grande veia até o fígado. Em tudo isso, “(...) não há nada além da pequenez desses buracos que as separa [as partículas sutis] das mais grosseiras”. “(...) *il y ait rien que la petitesse de ces trous qui les separe des plus grossieres.*” (*L’homme*, 1677, p. 3).

¹⁴ A atribuição à matéria de uma sensibilidade difusa e latente conduziu alguns médicos e filósofos à adoção do materialismo. O médico Julien Offray de la Mettrie defendeu esse ponto de vista no *L’homme machine*, de 1748, livro que ele havia dedicado a Haller – para escândalo e desgosto deste último (Broman, 2008). José Pinto de Azeredo distanciou-se prudentemente de qualquer discussão dessa natureza.

alimentos e as bebidas; 3) o movimento e o repouso; 4) o sono e a vigília; 5) as evacuações e as retenções e 6) as paixões. Igualmente importante, na prática diagnóstica e terapêutica da época, era verificar como o organismo de cada paciente manifestava as doenças desencadeadas pelos não-naturais (Porter, 2003; Broman, 2008). Estes últimos constituíam as “causas remotas” das enfermidades. A “causa próxima”, por outro lado, era o problema, no interior do corpo do paciente, que havia dado origem à doença. A investigação da causa próxima amparava-se, como recomendavam Cullen e Azeredo, na dissecação de cadáveres de pessoas que haviam sido vitimadas pela moléstia estudada. Ao lidarem com esse difícil problema, mesmo os médicos mais comprometidos com a observação empírica se sentiam autorizados a fazer conjecturas e hipóteses¹⁵. No campo da terapêutica, no entanto, a experiência era o único guia admitido¹⁶. A cuidadosa observação dos sintomas e do modo como os enfermos reagiam aos remédios administrados – compreendendo aquilo que os médicos coevos chamavam de “história da doença” – ocupava posição central nos manuais de medicina então em voga. Era esse o caso do *First Lines of the Practice of Physic* (1ª edição de 1777), manual de William Cullen citado por Azeredo nos seus *Ensaios*.

IV

Nos *Ensaios sobre algumas enfermidades d'Angola*, José Pinto de Azeredo abordou as febres (remitentes e intermitentes), a disenteria e o tétano. Ao discorrer sobre cada uma dessas doenças, ele seguiu o mesmo método expositivo, aprendido em Edimburgo: a definição da enfermidade, a sua história, a causa próxima, as causas remotas e a cura. A dedicatória do livro, dirigida ao príncipe regente D. João, evidencia a inserção do autor na lógica clientelista do tipo “serviço-mercê”, deixando claro, também, o caráter fundamentalmente pragmático do seu esforço intelectual:

Só hum tão grande Mecenas como hum Príncipe, que sempre respira no seu peito o amor, e o desejo de felicitar os seus Povos, me animaria, SENHOR, a ser huma vez Author, e a sujeitar-me à mordacidade. Este Compendio não contém mais do que hum

¹⁵ “Eu até agora não tenho sahido dos limites de huma narração de factos; e tendo evitado todas as conjecturas, e especulações, fui hum mero expositor de observações adquiridas pelo meu estudo, desvelo, e cuidado. Mas querendo indagar a causa próxima das febres para entrar n'hum methodo de cura scientifico, e não empirico, me vejo obrigado a discorrer metafysicamente, e tirar consequencias, que sirvão de noções genéricas para este mesmo fim” (*Ensaios*, p. 28).

¹⁶ “Eu passo outra vez a ser hum mero expositor das minhas observações sobre o uso de alguns remédios, que me parecerão úteis em remover febres. Eu ponho de parte as opiniões de alguns Authores, cuja prática tem sido seguida como a mais certa, e a melhor, e só refiro os meus sentimentos. Eu bem que sempre respeitei as suas autoridades, nunca com tudo me fiei tanto nellas, que as seguisse ás cegas” (*Ensaios*, p. 60).

resultado de experiencias, que fiz, para achar o mais prompto meio de atacar as enfermidades de hum tão doentio Paiz, como he o de Angola, onde servi o emprego de Fysico mór (...). Se eu não merecer o nome de hum Escriptor sabio, sempre ocuparei o lugar de hum Medico agradecido, e que deseja ser útil aos seus Compatriotas (...) (*Dedicatória*, páginas não numeradas).

A própria folha de rosto do livro – na qual o nome de D. João, “*príncipe do Brazil*”, figura com mais destaque do que o nome do autor – mostra o quanto o patrocínio estatal, típico do reformismo ilustrado, é relevante para a compreensão da trajetória profissional de Azeredo. Nessa mesma página, o médico luso-brasileiro também ostenta os seus títulos e honrarias (“*Cavalleiro da Ordem de Christo, Doutor em Medicina, e Socio de varias Academias da Europa*”), legitimando o seu discurso por meio da referência à formação universitária e ao beneplácito da monarquia (expresso no “*Com Licença da Meza do Desembargo do Paço*”, na parte inferior da folha).

Essa preocupação com a utilidade e com a prestação de um serviço meritório aparece de maneira bastante clara na seção do livro dedicada ao estudo das causas remotas das febres. A abordagem mais particularizada das mesmas exige, segundo Azeredo, “*huma pequena descrição do mesmo paiz [Angola]*”. O conhecimento da natureza e dos costumes da terra (sobretudo das águas, dos ares e dos alimentos) oferecerá “*talvez a hum espirito indagador interessantes noticias, pelas quaes elle descubra os meios mais efficazes de prevenir, e de remediar tantos males.*” O objetivo visado por Azeredo nesta descrição, como ele próprio faz questão de afirmar, está longe de ser meramente especulativo:

Não he o reconhecimento das causas, que em geral perseguem a vida do homem, o que me determina a descrever as que em Angola parecem terem-se dado as mãos para se opporem a huma população numerosa, qual promettêra a sua antiga opulência, he sim o zelo por hum paiz em que vivi, e de cuja conservação eu tanto cuidava (*Ensaio*, p. 37).

As “*immundicias*” atiradas pela população no rio Bengo, tornando a sua água (mesmo depois de filtrada) imprópria para o consumo, e as exalações corruptas que se desprendem dos charcos e dos pântanos, envenenando a atmosfera de Luanda, estão entre os principais problemas apontados pelo médico. Os ventos e as árvores odoríficas temperam e purificam os ares, atenuando esses efeitos nocivos. É por causa disso que Azeredo, “*attendendo ao uso, e utilidade com que as árvores se prestão aos Colonos, e habitantes da Conquista*”, chama atenção para a importância de se conservá-las (*Ensaio*, p. 38-49). Em outra passagem

semelhante, o médico foi mais longe, invocando a intervenção dos magistrados para solucionar um grave problema de saúde pública:

“(…) os imensos cadaveres, que ficão mal enterrados nos cemiterios, e nas Igrejas, cuja terra já não tem força para os consumir, são indubitaveis motivos de mil doenças. Elles devem fazer o válido objecto das cogitações, dos estudos, e dos desvelos daquelles, que vigião sobre o bem publico. Nada importa tanto nas povoações, como a conservação da saude. Não he menos certo, que a este fim se tem instituido em todas as partes Magistrados, que vigiem sobre circunstancias, e ainda bem miudas, que possão ser tendentes a hum fim tão util. Se as causas referidas encontrão grande dificuldade em serem removidas, não tem com tudo impossibilidade. As diligencias teimando contra obstaculos, sabem vencer cousas arduas (*Ensaios*, p. 51)¹⁷.

Azeredo não se limitou a essa defesa da utilidade da medicina para a conservação e a prosperidade da “Conquista de Angola”. Ele também enfatizou as suas próprias “diligências” no combate aos “obstáculos” e às “cousas árduas”. Já no prefácio dos *Ensaios*, Azeredo relatou que os “angolistas” precisaram ser convencidos a abandonar a sua crença na prática das sangrias, de tão funestos resultados contra as febres. “*Aos poucos*”, segundo ele, “*se foi o povo persuadindo, de que o methodo que eu seguia, era o preferível, pois que vião salvarem-se infinitos (...)*” (p. viii). O “*horroroso estrago*” feito pela desintéria em Angola – agravado pelos médicos que “*desamparavam os enfermos, julgando inútil o seu trabalho, e fraca a sua Arte, tanto que a moléstia resistia por alguns dias aos seus remédios*” – também foi enfrentado com considerável sucesso pelo médico luso-brasileiro. Ele combateu esse “*abuso deshumano*”, fazendo “(…) *ver que se salvavão muitos pelas minhas diligencias, e constancia*” (p. xiii).

Os *Ensaios sobre algumas enfermidades d’Angola* mostram, ainda, que Azeredo revisava o que havia aprendido em Edimburgo e em Leiden à luz da sua experiência. O trecho seguinte é particularmente ilustrativo:

Os Medicos, que observão cuidadosamente, e ás cegas as doutrinas de Hippocrates, ainda hoje esperão nas febres pelos dias criticos. Alguns Authores do presente seculo fazendo-se huns meros copiadores das doutrinas antigas, deixarão de reflectir sobre ellas, e fizeram passar para os nossos dias o inviolavel respeito das suas opiniões. O mesmo Cullen, meu sabio Mestre, sendo hum homem livre, e eclectico, cahio no mesmo erro dos dias criticos. Cullen sustenta a doutrina Hippocratica de semelhantes dias, trazendo por prova os movimentos periodicos, que se observão continuamente na economia animal, tanto no estado de saude, como no de molestia (...). Eu observo febres terminarem tanto nos dias chamados criticos, como nos dias não criticos. A opinião de Cullen he pouco provável. A invenção dos dias criticos faz com que o

¹⁷ Pouco antes deste trecho, Azeredo também se referira a “outras causas accidentais da impureza atmosférica”: “a immensa escravatura, que para o giro do commercio corre de todas as partes do certão, e se accumula dentro da Cidade, e nas próprias casas dos negociantes, onde permanece até que se ofereça a ocasião de ser transportada para o Brazil; o imenso peixe (...)” (p. 50).

Professor, esperando pela crise, deixe de continuar com os remedios necessarios naquella mesma occasião, em que elles mais sejam precisos, e em que talvez decidão da vida do enfermo (*Ensaios*, p. 26-27).

Outro exemplo interessante de reinvenção da medicina ilustrada em contexto colonial pode ser encontrado na maneira como Azeredo tratava as febres intermitentes. A quina, ingrediente tradicionalmente utilizado na preparação dos remédios desta enfermidade, era rara em Luanda, obrigando o médico a “(...) *pesquisar alguma outra cousa, com que a suprisse.*” Os exames conduzidos por Azeredo nesse sentido produziram bons resultados, fornecendo-lhe alguns substitutos viáveis:

Eu achei na noz vomica huma virtude igual, ou talvez superior á da quina, para curar as intermitentes quotidianas. Depois que eu mostrei os seus bons effeitos, tanto no Hospital, como fora delle, todos os mais Professores começarão a receiptalla por necessidade, e hoje já a receiptão por estudo. O mesmo povo valendo-se das receitas que já possuem, tomão-na sem susto, e sem conselho de Professor. Este remédio, que antes do meu tempo nunca foi em Loanda conhecido, tem hoje grande consumo. A sua dóse no espaço de huma intermissão pode chegar a huma oitava” (*Ensaios*, p. 90).

A noz vômica, não obstante a sua virtude, nem sempre produzia os efeitos desejados. As febres terçãs e quartãs resistiam-lhe – assim como à quina e ao arsênico branco (outro substituto encontrado por Azeredo). Fazia-se necessário procurar por outras plantas medicinais. É bastante provável que o conhecimento botânico das populações locais tenha influído, de alguma maneira, nessas pesquisas:

Estes desenganos me obrigarão a por em prática infinitos remédios, e depois de alguns annos de frustradas tentativas, vim a encontrar com hum, que he tão efficaz, e certo nestas febres, como he o arsenico branco nas quotidianas. A *casca externa do coco do mesmo paiz*, da qual se faz uso para escovas, preparada em cozimento, e bebida nos dias livres, já mais deixou de curallas (*Ensaios*, p. 92, grifo nosso).

CONCLUSÃO

O percurso seguido neste aponta para algumas conclusões. Nos “*Ensaios sobre algumas enfermidades d’Angola*”, Azeredo se distanciou, tanto quanto possível, das especulações teóricas. A sua intenção era produzir *um texto passível de ser mobilizado pelos agentes da administração colonial*, fornecendo-lhes informações úteis para a manutenção da saúde pública. Ao mesmo tempo, ele desejava realçar os méritos da sua atuação como físico-mor, tendo em vista a obtenção de mercês. Todas essas características vinculam o seu livro aos

pressupostos do reformismo ilustrado português. Para além disso, os *Ensaio*s de José Pinto de Azeredo também documentam o encontro da medicina iluminista com a experiência da colonização portuguesa em Angola. As teorias e os métodos de tratamento aprendidos pelo médico luso-brasileiro nas universidades europeias foram adaptados às condições locais, transformando-se e enriquecendo-se nesse processo. Seria muito interessante verificar se – e em que medida – o livro de Azeredo surtiu algum efeito na medicina portuguesa do seu tempo. Os novos medicamentos por ele propostos foram integrados à farmacopeia setecentista? Tal problema, no entanto, foge ao escopo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ADONE, Agnolin. Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI – XVII), **Humanitas**, 2007.

AZEREDO, José Pinto de. **Ensaio sobre algumas enfermidades d'Angola**, Lisboa, 1799. Versão digitalizada do original disponível no site da Biblioteca Nacional de Portugal:
BROMAN, Thomas H. The Medical Sciences. In: PORTER, Roy. **The Cambridge History of Science V. 4: The Eighteenth Century**, 2008.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. **Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750–1808)** in *Tempo*, p. 65 – 88, 2011.

CONRAD, Sebastian. Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique. **The American Historical Review**. Vol. 117, No. 4 (OUTUBRO 2012), pp. XXII, 999-1027. Oxford University Press, 2012.

CURTO, Diogo Ramada. *D. Rodrigo e a Casa Literária do Arco do Cego*. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**, Imprensa de Ciências Sociais, p. 239 – 280, 2007.

DIJN, Annelien de. *The politics of Enlightenment: from Peter Gay to Jonathan Israel*. **The historical journal**, 55, p. 785 – 805, 2012.

DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), v. VIII, 2001.

FALCON, Francisco. Da Ilustração à Revolução – percurso ao longo do espaço-tempo setecentista. **Acervo**, vol.4, n.1, jan/jul, 1989, p.53-87.

LUCCHESI, Marco. *Apresentação de Medicina teológica (1794) Francisco de Melo Franco*. **Revista latino-americana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 225-227, março 2009.

MAXWELL, Kenneth. The idea of the Luso-Brazilian Empire. *In: Naked tropics: essays on Empire and other rogues*, Routledge, p. 109 – 143, 2003.

PAQUETE, Gabriel. **Imperial Portugal in the age of Atlantic Revolutions**. The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850. Johns Hopkins University. Cambridge University Press. 2013.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROBERTSON, John. **The case for the Enlightenment: Scotland and Naples - 1680 - 1760**, Cambridge University Press, 2005.

OUTRAM, Dorinda. **The Enlightenment**. Cambridge University Press, 2013.

OZ-SALZBERGER, Fania. The Enlightenment in Translation: Regional and European Aspects. *European Review of History. Revue européenne d'Histoire*, Vol. 13, No. 3, 2006.

PINTO, M. S.; CECCHINI, M. A. G.; MALAQUIAS, I. M.; MOREIRA NORDEMANN, L. M.; PITA, J. R.: **O médico brasileiro José Pinto de Azeredo (1766?-1810) e o exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 617-73, set.-dez. 2005.

PORTER, Roy. **The flesh in the age of reason: the modern foundations of body and soul**. Penguin Books, 2003.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015.

WITHERS, Charles W. J. **Placing the Enlightenment – Thinking Geographically about the Age of Reason**. Chicago: Chicago University Press, 2007.